

UM REENCONTRO? O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA E DO MPLA SOB A DIPLOMACIA GEISEL.

Mateus José Da Silva Santos¹

KALUNSIOWO NKOSI, José. **Angola independente:** Guerra Fria e a Nova Diplomacia Brasileira. Belo Horizonte: Malako Dikaia Publicações, 1^a ed., 2017.

Nossa política externa foi marcada, durante o século XX, por inúmeros episódios que evidenciam a complexidade de sua formação, seja pelo debate acerca da identidade brasileira, seja pelas condições internacionais de um século eminentemente “acontecimental”. Um desses grandes momentos ocorreu em 1975. Em meio a uma ditadura militar anticomunista, repressiva e com temores acerca do contexto internacional, o Brasil se reencontrou com Angola ao reconhecer sua independência e, não menos importante, o governo com sede em Luanda, sob orientação marxista e com fortes ligações com os governos cubano e soviético. Contradição? Esta é uma das questões que podem ser respondidas por José Kalunsiewo Nkosi em *Angola Independente: Guerra Fria e a Nova Diplomacia Brasileira*. Fruto de sua dissertação de mestrado, a obra em questão apresenta uma profunda análise acerca das condições que levaram ao engajamento brasileiro frente à questão angolana, considerando a formulação diplomática não como um elemento dissociado das questões internas do Estado, das diferentes perspectivas presentes em uma sociedade heterogênea como o Brasil e das mudanças na conjuntura mundial e regional.

No âmbito da teoria das relações internacionais, como um eixo estruturante de sua obra, Nkosi parte da premissa de que política interna e política externa, na grande maioria das vezes, não são dissociáveis. Desta maneira, o trabalho em questão pode ser dividido em cinco partes. Num primeiro momento, discute-se a natureza de uma formulação diplomática, assim como, assentado em estudos como o de Duroselle e

¹ Graduando em História pela Universidade Federal da Bahia. Correio eletrônico: mateus_santos29@hotmail.com

Renouvin, Nkosi realiza breves considerações acerca dos diferentes interesses que estão em disputa no processo de posicionamento de um país perante ao restante dos Estados. Na segunda parte, o autor se dedica a realizar considerações acerca da diplomacia no período Geisel, nomeadamente o Pragmatismo Responsável. Num terceiro momento, o objetivo central é, ao pensar numa relação bilateral, considerar as condições do outro polo de negociação. Assim, o autor pensa o contexto político angolano e a complexidade que foi encarada pelo Brasil ao ter de se posicionar neste cenário. Num quarto momento, o foco de análise se centra nas movimentações da diplomacia brasileira instalada em Luanda e em seus contatos no norte da Angola, dando ênfase, sob uma perspectiva processual, à trajetória que levaria ao reconhecimento do MPLA em 11 de novembro de 1975. Não se restringindo ao fato em si, Nkosi, num quinto e último momento, apresenta uma breve análise acerca das repercussões do posicionamento brasileiro que, mesmo que aparentemente contraditório, para o autor, conforme o caminhar da questão interna angolana, acabou sendo uma decisão acertada e, sobretudo, corajosa, ao enfrentar as oposições locais e as dos Estados Unidos e outros Estados ocidentais.

Aproximando-se, do ponto de vista teórico, dos estudos da chamada Escola Francesa, Nkosi compreende as relações internacionais não puramente como um movimento entre dois Estados, mas como um espaço de disputa entre diversos interesses. Assim, a política externa de um país seria o resultado do confronto entre diferentes projetos, do qual um se sobressai, caracterizando a postura oficial do Estado. Desta maneira, por detrás de uma decisão haveria um conjunto de variáveis que, segundo o autor, possuem natureza externa e interna ao Estado e à sociedade que acabam por serem estruturantes no processo de formulação diplomática. Realizar tal discussão no início do trabalho, a nosso ver, é um dos trunfos de Nkosi, pois possibilita com que pessoas não necessariamente ligadas ao estudo das relações internacionais, possam situar-se acerca de uma possível metodologia para um estudo nesta área.

Diante das inúmeras questões que podem permear a diplomacia de um país, o autor dedica um importante espaço para compreender não somente os fatores que levaram o Brasil a reconhecer o governo de Luanda, mas, sobretudo, pensar esse fato no interior de um movimento mais amplo, a política diplomática do período. O chamado Pragmatismo Responsável correspondeu a uma mudança na orientação diplomática brasileira, sendo marcada por, dentre outras coisas, uma busca maior de autonomia em relação ao Primeiro Mundo, um aprofundamento na política de retorno dos civis, em especial, do Itamaraty na condução do MRE e a busca por novos mercados

importadores da produção industrial, fornecedores de determinadas matérias-primas como o petróleo e exportadores de produtos primários de grande valia para a economia brasileira. Desta maneira, olhar para a África era enxergar um continente promissor para as pretensões brasileiras. Economias em crescimento, Estados em estruturação, diversidades minerais. Tudo isso apontava para a necessidade de colocar o outro lado do Atlântico na agenda diplomática nacional. Mas, não somente por isso: voltar-se para a África era realizar um reencontro com o passado. Discutir nosso posicionamento em relação a um continente que tanto contribuiu forçadamente na construção do Brasil significava também um processo de construção, ou se preferirem, de reconhecimento identitário.

Outro ponto muito preciso do trabalho de Nkosi é o entendimento de que a política empreendida pelo Pragmatismo Responsável não somente para a África, mas em relação à situação global não se configuraria em si como uma novidade. Numa análise comparativa, o autor remonta à postura empreendida pelos governos Jânio Quadros e João Goulart diante das questões mundiais. Apesar de estar regida pelos chamados três D (desarmamento, descolonização e desenvolvimento), a chamada Política Externa Independente possuiu relativas limitações, não somente por conta da instabilidade interna, mas também por um contexto internacional efervescente, um dos momentos mais tensos da Guerra Fria. No tocante à questão angolana e ao moribundo Império Português, a defesa da descolonização se deu praticamente em pouquíssimos discursos e quase nenhuma prática. Diante de um imaginário lusotropicalista, olhar para Angola não era reconhecer um projeto perverso e atrasado de colonização, mas um novo Brasil e as possibilidades de uma suposta democracia racial. Um aspecto não trabalhado pelo autor, talvez por conta do espaço de discussão, foi a pressão exercida pelas comunidades portuguesas instaladas no Brasil. Comunidades essas com alto grau de influência política e econômica, especialmente nos grandes centros urbanos.

Não somente questões relativas às mudanças na condução da política interna do Brasil, das novas demandas econômicas nacionais e nas concepções acerca da experiência colonial portuguesa são suficientes para o entendimento da postura do Estado nacional em relação à questão angolana. A compreensão do cenário internacional, em especial da conjuntura que envolvia direta ou indiretamente a descolonização angolana, é fundamental para pensarmos o peso do objeto central em análise. Antes de se dedicar especificamente ao contexto de guerra de independência da Angola, Nkosi faz um apanhado geral do que foi a experiência de colonização portuguesa, iniciada ainda no século XVI e sofrendo diversas transformações ao longo

destes 400 anos. Uma consideração importante realizada pelo autor é o fato de que a luta pela independência dos angolanos não se deu apenas nos últimos 15 ou 20 anos de dominação, mas, realizada sob diferentes maneiras, podendo ser evidenciada em diferentes contextos ao longo da história. Assim, enquanto houve colonização, houve resistência. No entanto, em relação ao objeto central em análise, importa aqui destacar os desdobramentos finais da luta pela independência, especialmente o caráter heterogêneo dos movimentos de libertação. Ao pensar nos três partidos que, de certo ponto, protagonizaram o enfrentamento ao colonialismo, MPLA (Movimento Para a Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional Pela Independência Total de Angola), o autor procura caracterizá-los a partir de suas respectivas bases de apoio, tanto do ponto de vista externo como também interno. Apesar de destacar o componente étnico na formação dos partidos, Nkosi reconhece que este não foi necessariamente determinante para a conquista de apoio no interior da Angola, atribuindo maior complexidade a questão. Outro ponto a ser desmitificado é a questão do componente ideológico, na medida em que as aproximações dos movimentos com países de relevância geopolítica ou mesmo a nível regional não se deu simplesmente pelas afinidades na concepção de Estado. O autor é muito feliz a citar os exemplos das mudanças do MPLA e da própria UNITA. Este último movimento, num curto espaço de tempo, saiu da esfera de influência e auxílio chinês para passar a ter apoio da África do Sul segregacionista e a preferência norte-americana. Desta maneira, a questão angolana possuiu uma dinâmica própria e marcada por um cenário extremamente difícil de se situar politicamente, sendo um dos casos mais paradigmáticos em termos de descolonização no continente africano.

O que levou o Brasil a tomar partido numa situação em que muitos se abstiveram ou procuraram seguir as orientações de uma das superpotências? Esta é uma das questões que norteiam a análise na última parte do livro. Depois de anos apoiando Portugal no âmbito das organizações internacionais quanto à questão colonial ou apresentando indiferença ao debate, o Brasil finalmente viria, em 1974, a apresentar uma firme posição em favor da descolonização portuguesa. Mesmo antes da chamada Revolução dos Cravos e a derrubada do salazarismo na metrópole, o governo brasileiro já dava sinais, mesmo que através de discursos, de uma mudança no posicionamento. No entanto, logo após este movimento o país reforçou sua tentativa de tentar assumir uma posição de protagonista neste processo de negociação, reforçando a amizade com Portugal e reconhecendo o novo governo, mas saudando os movimentos de libertação, em especial após o Acordo do Alvor e o estabelecimento tanto do

governo provisório como de uma projeção para a independência. O estabelecimento de uma representação diplomática, tendo à frente o embaixador Ícaro Zappa e o ministro Ovídio de Andrade e Melo, foi outro passo importante para a presença brasileira nessa questão. Especialmente por esta última autoridade, pode o Estado brasileiro tomar maior conhecimento da situação interna, através tanto de sua observação do cenário, como também de seus contatos com os três maiores movimentos. Não assumindo uma postura personalista, mas, através do texto de Nkosi, podemos reconhecer que Andrade e Melo possuiu um papel fundamental e, de certa maneira, teve uma análise muito feliz da complexa crise interna angolana e colaborar diretamente para o final da equidistância brasileira e a articulação do apoio ao MPLA, levando em consideração tanto a capilaridade do movimento, mas também a sua posição estratégica ao controlar Luanda e expulsar seus demais oponentes internos.

Ainda como fechamento de sua análise acerca do posicionamento brasileiro, Nkosi se debruça também sobre as repercussões, especialmente da mídia e de setores conservadores em relação ao governo marxista. Duas coisas aqui pesaram diretamente para uma postura mais crítica dos setores em questão. A primeira reside no fator ideológico e as aproximações do governo de Agostinho Neto com Moscou e Havana. Um governo ditatorial, anticomunista e repressor dos movimentos de esquerda internamente se encontrava a apoiar um poder alinhado com o maior representante do socialismo no mundo. O segundo elemento fundamental nas críticas, não estando completamente dissociado do primeiro, é o próprio posicionamento norte-americano, um tradicional aliado da ditadura militar, mas que tomou a decisão de apoiar a FNLA e posteriormente a UNITA. Nkosi nos mostra como a divergência entre ambos países na questão angolana acabou por acentuar um certo desgaste diplomático que já vinha sendo observado em outras questões, como no caso do projeto atômico e do voto antissionista.

Dois aspectos podem ser discutidos com maior aprofundamento sobre a obra. O primeiro é o que podemos considerar como uma “escorregada” do autor ao fazer uso do termo “revolução” para o movimento militar de 1964 (p.56). Tradicionalmente, a historiografia sobre o assunto classifica como um golpe civil-militar ou empresarial-militar. No entanto, pensamos que o uso dessa categoria distinta em um único momento pode ser fruto de um erro de digitação, mas não de nenhum tipo de posicionamento historiográfico e político do autor, não comprometendo sua obra. Outro elemento que pode ser colocado em debate é a sua compreensão sobre o que significou o contexto externo para a crise angolana. Para Nkosi, este é o momento de chegada da guerra fria

em África, tendo em vista a centralidade que o continente ganharia no interior das questões mundiais (p.112-113). De fato, ao observarmos tanto a guerra civil angolana como também outro conflito na década de 70, a guerra de Ogaden entre Etiópia e Somália (1977) percebemos nitidamente a influência e o peso das superpotências. No entanto, outros conflitos no continente como a crise no Congo e a Guerra de Suez, apesar de inúmeras especificidades, a nosso ver, possuem um contorno que pode ser enquadrado no contexto do conflito mundial. Assim, o que aconteceu em Angola e depois viria a marcar o Chifre da África foi apenas uma nova página na história política do continente e de suas relações com o globo

Angola Independente consiste numa boa e breve análise do que foi um dos principais e mais difíceis momentos da diplomacia brasileira. Separados por um oceano, mas unidos em diferentes períodos da história, seja pela cultura, economia ou por aspectos sociais, Angola e Brasil possuem ligações das mais íntimas possíveis, constituindo-se em uma página especial na trajetória das relações de nosso país com um continente a quem devemos parte de nossa identidade e o reconhecimento de seu duro e importante papel na formação de nossa sociedade. Um trabalho de um pesquisador angolano, mas sobretudo também um sonhador e um cidadão que se esforça em desenhar um passado ambíguo, ora duro (a guerra), ora feliz (a independência), na história de Angola, mantendo viva a chama de que ainda se pode alcançar um país cada vez melhor, pacífico e feliz.

Recebido em 25 de junho de 2018 e aprovado para publicação 30 de dezembro de 2018